

**PANORAMA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO MUSEU
NACIONAL DA UFRJ
DESAFIOS PARA A GESTÃO E AÇÕES DESENVOLVIDAS**

**PANORAMA OF THE UNIVERSITY EXTENSION AT THE NATIONAL MUSEUM
OF UFRJ
CHALLENGES FOR MANAGEMENT AND ACTIONS DEVELOPED**

Valéria Pereira Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre o papel da extensão universitária no Museu Nacional, em especial para o efetivo cumprimento da sua função social enquanto museu universitário. Inicialmente trazemos um breve panorama histórico institucional, como forma de nos aproximarmos da realidade desta instituição bicentenária ao longo do tempo e compreender as nuances que se relacionam com a história do país. Ao mesmo tempo, apresentamos o contexto de construção da extensão universitária no Brasil, associada às lutas travadas no sentido de sua regulamentação e institucionalização, que culminam com uma compreensão da necessária participação social no âmbito das Universidades. Consideramos relevante explicitar em alguma medida como o Museu Nacional, no âmbito da UFRJ, se relaciona com o histórico da extensão universitária e suas dinâmicas internas, ainda que associadas aos debates nacionais. Por fim, buscamos contribuir com algumas informações sobre as ações de extensão desenvolvidas no Museu Nacional nos últimos anos, em especial após o incêndio que o atinge em setembro de 2018, e como elas têm o potencial de aproximação efetiva de diferentes setores da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Museu Nacional. Extensão Universitária. Função Social da Universidade.

ABSTRACT

The present work aims to present some considerations about the role of university extension in the National Museum, especially for the effective fulfillment of its social function as a university museum. Initially we bring a brief institutional historical panorama, in order to approach the reality of this bicentennial institution over time and understand the nuances that relate to the country's history. At the same time, we present the context of construction of university extension in Brazil, associated with the struggles fought in the sense of its regulation and institutionalization, which culminate in an understanding of the university's social participation necessity. We consider it relevant to explain to some extent how the National Museum, within the scope of UFRJ, relates to the history of university extension, considering its internal dynamics, even if associated with national debates. Finally, we seek to contribute with some information about the extension actions developed in recent years in the National Museum, especially after the fire that hit it in September 2018, and how they have the potential for effective approximation of different sectors of society.

KEYWORDS: National Museum. University Extension. University Social Function.

¹ Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando como coordenadora de Extensão Universitária do Museu Nacional e vice-coordenadora de Extensão Universitária do Fórum de Ciência e Cultura/UFRJ. Assistente Social pela (2005) e mestre em Serviço Social (2011) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz.

1 INTRODUÇÃO

Apresentar contribuições para o debate sobre gestão pública universitária, em tempos como os que vivemos, nos parece como um longo caminhar sobre incertezas e desafios que nos exigem coragem e esperança diante de uma realidade muito complexa. Quando decidimos que era necessário tratar sobre o Museu Nacional e a Extensão Universitária, guardadas as devidas proporções em seus diferentes campos, tomamos como referência suas trajetórias marcadas por dificuldades e superações ao longo da história. Neste sentido, sem a pretensão de esgotar possibilidades, o texto que segue se trata também disso: trajetórias, incertezas, desafios, coragem, esperanças e intenção de superação.

Dessa maneira, este trabalho objetiva trazer considerações sobre a Extensão Universitária no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), incluindo algumas reflexões sobre como esta dimensão acadêmica se relaciona com diferentes áreas de atuação de museus, em especial pela indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Esta é uma relação que tem o potencial de contribuir para o cumprimento de sua função social, enquanto patrimônio cultural e científico, sendo um museu que se insere no âmbito da universidade.

Assim, apresentamos uma breve caracterização desta instituição bicentenária, sua inserção na Universidade pública, a partir de seu histórico, mas também de sua configuração institucional atual. Compreendendo os objetivos que temos com estas considerações, passamos então a nos deter sobre a conceituação de extensão universitária e seu papel acadêmico a partir das regulamentações construídas nos últimos anos em nível nacional, mas também no âmbito da UFRJ.

A partir destas observações mais gerais esperamos contribuir para pensarmos a necessária relação existente entre a extensão e museus universitários, como forma de potencializar este debate no campo da educação. Para isso, mostramos como vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos ações de extensão no Museu Nacional que, no nosso entendimento, em muito têm contribuído para estabelecer uma relação de proximidade com diferentes setores da sociedade. Desta maneira, as reflexões aqui expostas partem da experiência da Coordenação de Extensão do Museu Nacional, em especial no período que se segue ao incêndio de grandes proporções que atingiu a instituição em setembro de 2018, e busca apresentar um panorama que possa nos servir de registro da extensão, seja para acompanhar o que já foi e vem sendo realizado, seja para (re)pensar estratégias que contribuam para a construção de museus e universidades críticos, propositivos e socialmente referenciados.

2 BREVE APROXIMAÇÃO À HISTÓRIA DO MUSEU NACIONAL

O Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição bicentenária, destinada à pesquisa, ao ensino, à extensão e à preservação de material de interesse das Ciências Naturais e Antropológicas. Considerado o primeiro museu do Brasil, foi criado por D. João VI em junho de 1818, com o objetivo propagar conhecimentos e estudos acerca das ciências naturais no país. Na ocasião de sua criação tinha sede no Campo de Santana, em um prédio que hoje abriga o Museu da Casa da Moeda do Brasil. Em 1892, sua sede foi transferida para o Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, que havia pertencido à Família Real e tinha sido palco para os trabalhos da primeira Constituinte da República, em 1890. Neste prédio, que sofreu inúmeras modificações em sua edificação ao longo desse período de uma história majoritariamente republicana, foram abrigadas suas coleções, desde o acervo pertencente à Família Real, até as inúmeras coleções fruto de pesquisas realizadas ao longo dos anos, de expedições científicas e trabalhos desenvolvidos por seus pesquisadores.

Em 1946 o Museu Nacional é integrado² como instituição à Universidade do Brasil, processo que foi iniciado anos antes com a Lei 452/1937³. Em razão de reformas físicas permaneceu fechado para visitação de 1941 a 1947 e, ao longo do tempo, passou por um processo de expansão que resultou na construção de novos prédios como o Anexo Alípio de Miranda Ribeiro, em 1957, os prédios do Horto Botânico⁴ desde a década de 1960 e o prédio de sua Biblioteca, nos anos 1980. Ainda na década de 1990, e mesmo nos anos 2000 até os dias atuais, também são registrados processos e projetos de reformas para expansão, melhoria e adequação da instituição às suas atividades.

Para tratar de seu papel enquanto museu inserido no contexto da universidade pública, é necessário compreender os processos sociais, políticos e econômicos pelos quais as Universidades passam ao longo do tempo. Isso porque a instituição sofre com os impactos da incorporação à UFRJ, mas também com os processos que vão desde o próprio modelo de uma Universidade criada pela junção de diferentes instituições já existentes, passando pela influência da transferência da capital do país para Brasília, na década de 1960, até as Reformas Universitárias que tem início naquele período⁵, fortemente marcadas pelas políticas da ditadura militar. Por exemplo, o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

2 A partir do Decreto nº 21.321 de 18 de julho de 1946, que aprova o Estatuto da Universidade do Brasil.

3 Que na época organizava a Universidade do Brasil.

4 Após o incêndio estes prédios passaram a abrigar grande parte das atividades da instituição, além daqueles que neles já eram desenvolvidas anteriormente.

5 Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968.

extensão, posto atualmente para as universidades, tem origem nesse processo de reforma universitária, juntamente ao estímulo à criação de programas de pós-graduação, a organização por departamentos, o sistema de créditos e a promoção da pesquisa associada à redução de financiamento. No entanto, são processos que vêm acompanhados também de outras profundas transformações na educação superior brasileira, com avanços e retrocessos que refletem até os dias atuais (LEHER, 2013, p.317). Internamente, a dinâmica daquele novo funcionamento das universidades impactou na reorganização do Museu Nacional positiva e negativamente, quando temos a efetiva criação de programa de pós-graduação que influenciam a reestruturação de suas próprias atividades acadêmicas.

Atualmente está inserido na UFRJ como uma Unidade do Fórum de Ciência e Cultura (FCC), integra o Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da UFRJ (SIMAP) e, enquanto um museu universitário de ciências naturais e antropológicas, possui um importante papel no sentido de contribuir com o cumprimento da função social da universidade pública e do próprio museu. Traz a particularidade de promover espaços de troca com o público, através de ações de extensão universitária, educativas, de divulgação científica e cultural, articuladas com o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Neste ano de 2021 completou 203 anos e podemos afirmar que, mesmo após o incêndio de grandes proporções que o atingiu em setembro de 2018, continua sendo uma das maiores instituições museais do país. Possui uma estrutura institucional complexa, composta por instâncias acadêmicas e administrativas que incluem seis diferentes Departamentos (Antropologia, Botânica, Entomologia, Geologia e Paleontologia, Invertebrados e Vertebrados), nove programas de pós-graduação, sendo seis *stricto sensu*⁶ e três *lato sensu* em nível de especialização⁷, setores mais diretamente envolvidos com o público integrados na recentemente criada Direção de Integração Museu e Sociedade (cuja composição inclui a Coordenação de Extensão, a Seção de Museologia, o Núcleo de Atendimento ao Público, a Seção de Assistência ao Ensino e o Laboratório Central de Conservação e Restauração), a Biblioteca do Museu Nacional e a Biblioteca Francisca Keller, a Seção de Memória e Arquivo, o Núcleo de Resgate de Acervos, o Núcleo de Preservação Ambiental⁸ e outros setores administrativos.

6 Antropologia Social (PPGAS), Arqueologia (PPGARq), Botânica (PPGBot), Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND), Programa de Pós-graduação em Geociências (PPGEO) e Programa de Pós-Graduação em Zoologia (PPGZoo).

7 Curso de Especialização em Línguas Indígenas Brasileiras (CELIB), Especialização em Geologia do Quaternário Geociências (GeoQuater) e Especialização em Gramática Gerativa e Estados de Cognição (CGEC).

8 Que inclui a Estação Bológica Santa Lucia – Espírito Santo.

Mesmo após o incêndio de 2018 os diferentes setores, departamentos, laboratórios e programas de pós-graduação continuaram desenvolvendo atividades no sentido de manutenção das ações da instituição, em nível acadêmico e técnico-administrativo, buscando a reconstrução de possibilidades de atuação e criando estratégias para enfrentar os novos desafios que então se apresentavam. Neste sentido, o Museu Nacional permanece sendo local de trabalho, estudo e objeto de trabalho e pesquisa da UFRJ e de todo o país.

Os esforços no sentido de recuperá-lo passam por manter vivas e em funcionamento suas atividades, como espaços de atuação de seus mais de 300 trabalhadores e trabalhadoras, entre técnicos e docentes, nas suas mais de 50 profissões, com seus saberes e experiências. É a partir deste trabalho de servidores, estudantes e equipes de apoio que foi possível resgatar e identificar, após o incêndio, 35% das coleções peruanas, de Tereza Cristina, egípcia, do Japão e da Nova Zelândia. Além daquelas sete coleções que não foram atingidas pelo incêndio, pois estavam em prédios do Horto Botânico e equivalem a 19% das coleções⁹.

Além disso, as atividades de ensino, pesquisa, extensão, expedições, divulgação científica e educação museal mantiveram-se regulares ao longo do ano de 2019, quando também foram inauguradas um total de seis exposições¹⁰, em parceria com diferentes instituições, tendo sido interrompidas em sua totalidade com o início do isolamento social em razão da pandemia da COVID-19. Se até então enfrentávamos muitos desafios, estes foram intensificados a partir de 2020 com a pandemia, exigindo novos arranjos para o desenvolvimento das atividades que, em parte adequadas ao modelo remoto, continuaram sendo desenvolvidas.

3 INTRODUÇÃO AO DEBATE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Se inicialmente nos propusemos trazer um breve histórico do Museu Nacional para que fosse possível contextualizá-lo neste artigo, nos cabe agora fazer um breve apanhado geral sobre a extensão universitária no país. Como dito anteriormente, nossa intenção é fazer um debate que apresente reflexões sobre a relação entre museus e extensão universitária, a partir da experiência da Coordenação de Extensão do Museu Nacional no acompanhamento das ações

9 Informações obtidas com a direção do Museu Nacional em outubro de 2019.

10 Foram realizadas as exposições: “Quando Nem Tudo Era Gelo: Novas Descobertas no Continente Antártico”, realizada no Centro Cultural Museu Casa da Moeda do Brasil, RJ de 01/2019 a 04/2020, “Arqueologia do Resgate – Museu Nacional Vive”, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB, RJ, de 02 a 04/2019, “Santo Antônio de Sá: primeira vila do recôncavo da Guanabara”, realizada na Caixa Cultural, RJ de 09 a 12/2019, “Museu Nacional Vive: memória e perspectivas”, realizada no Museu Nacional Vive: memória e perspectivas, de 09 a 10/2019, “Ressurgindo das Cinzas”, realizada no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, de 11/2019 a 02/2020 e “Quebrando o Gelo” e “Maré de Cultura”, realizadas no Colégio Estadual Prof. João Borges de Moraes, Maré, RJ, em 11/2019.

desenvolvidas na instituição. Para isso, é importante trazermos uma breve caracterização do que é a Extensão Universitária no país, que atualmente é definida como

A atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa¹¹. (BRASIL CNE/CES, 2018)

A atual definição de extensão universitária é uma construção de muitas décadas no Brasil, e podemos nos remeter à chamada Reforma Universitária de Córdoba, de 1918, como um dos marcos para este debate no país (FREITAS NETO, 2011, p.62). No interior de diferentes processos dela decorrentes, estimulou debates e processos em toda a América Latina, que contribuíram para o modelo de universidade pautada na autonomia universitária e que pensa suas ações para além de seus muros. Muitas de suas concepções influenciaram o movimento estudantil no Brasil que, em grande medida, foi também responsável por pautar o debate da necessária relação entre universidade e sociedade.

No Brasil, a primeira menção oficial à extensão universitária está presente no Estatuto da Universidade Brasileira, a partir do Decreto nº 19.851 de 1931, e que guarda relação com o período de contestação da educação pautada pelo movimento escola nova. Naquele período, a extensão estava centrada prioritariamente na oferta de cursos e conferências voltados para a comunidade e com a perspectiva de transmissão de conhecimento, cujas práticas muitas vezes eram organizadas de forma mais pontual e dissociadas da realidade local onde se realizavam.

Como explicita Nogueira, a legislação estabelecia que

(...) a instituição universitária deveria elevar o nível de cultura geral do povo e que a Extensão deveria dilatar os benefícios da atmosfera universitária aos que não estão diretamente vinculados a ela por meio de cursos, conferências e demonstrações práticas, que visavam, entre outros objetivos, à solução de problemas sociais. Registra-se que, subjacente a essas propostas, estava o objetivo de propagar os ideais de uma classe hegemônica que se instalar no poder (NOGUEIRA, 2001, p.58)

Era também um período de efervescência de contestação em relação às heranças coloniais no modo de pensar a Universidade, ainda que a extensão não fosse inerente a ela. E, já no final dos anos 1950 e início dos 1960, temos no Brasil um forte período de questionamento do modelo de universidade e do papel desempenhado junto à sociedade, em especial marcado

11 Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50.

pela atuação do movimento estudantil. Nesse período, as ações de extensão em grande medida tinham natureza voluntarista e não pressupunham metodologias de trabalho.

Até a década de 1968, as citações oficiais à extensão não apresentavam grandes novidades em relação a essa concepção inicial, tendo inclusive aparecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 com a mesma perspectiva de transmissão de conhecimento e prestação de assistência à comunidade. É nesta década, em especial a partir da Reforma Universitária de 1968, que a extensão é institucionalizada e se torna obrigatória nas universidades, ainda pautada em cursos e serviços. Em consonância com a proposta governamental para o período, a educação era então reestruturada em bases tecnicistas e práticas moralizantes. A extensão, à época, aprofunda uma perspectiva assistencialista, que além de objetivar combater o pensamento crítico presente naquele período, pretendia também ajustar a sociedade ao ideal desenvolvimentista (SOUSA, 2000, p.201).

Com o processo de redemocratização, iniciado em fins dos anos 1970 e 1980, o modelo de Universidade instaurado nos anos anteriores para a ser questionado. A extensão passa a articular ensino e pesquisa, de onde também se vincula à produção de conhecimento, em contraposição àquela prática voluntarista. Promove-se uma revisão conceitual, além de se estabelecer uma relação mais próxima com os movimentos sociais, sendo fortemente influenciada pelos ideais de Paulo Freire. A partir de então, começa a ser pensada e debatida por uma concepção que pressupõe o diálogo com os setores da sociedade com que se relaciona, como afirma FREIRE,

Equívoca também está a concepção segundo a qual o que fazer educativo é um ato de transmissão ou de extensão sistemática de um saber. A educação, pelo contrário, em lugar de ser esta transferência do saber – que o torna quase “morto” –, é situação gnosiológica em seu sentido mais amplo. Por isto é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dêle discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1985, p.46)

Com a Constituição de 1988 a Extensão é definida em sua indissociável relação com o ensino e a pesquisa, perspectiva reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Essa construção é acompanhada pelos debates inseridos no contexto da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX, um ano antes de promulgada a Constituição de 1988. Tinha como objetivo ampliar o debate sobre a extensão universitária contribuindo com a formulação de diretrizes e criação de uma política em nível nacional. Já a LDB/96 flexibiliza os currículos dos cursos de graduação entendendo a formação como um processo que se estende

para além da sala de aula. Contudo, apesar dos esforços e discussões, a extensão ainda aparece desvinculada de uma função acadêmica, configurada como sendo tudo aquilo que não está no escopo do ensino regular ou da pesquisa. Mesmo com os avanços mais recentes, esta é uma perspectiva que ainda precisamos refutar no âmbito das universidades a partir da institucionalização em seus espaços.

Sob grande influência dos debates realizados no âmbito do FORPROEX, o final da década de 1990 é marcado pela pactuação entre Instituições de Ensino Superior, que confere certa unidade aos programas existentes nas universidades brasileiras, acompanhado também pela elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária. A partir de então o poder público passa a ser demandado a reconhecer a extensão em seu papel acadêmico, a disponibilizar recursos e se pautar na concepção de uma universidade cidadã, buscando viabilizar mais sua função social que a prestação de serviços. Dessa construção é originada a Política Nacional de Extensão, em 1999, que sofre reformulações em seu conceito, bem como a inserção de diretrizes, e cuja versão mais atualizada, de 2012, vem sendo referência para a institucionalização da extensão em diferentes Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Ressaltamos que os anos 2000 são marcados pela institucionalização e regulamentação da extensão em nível nacional, fortemente orientados pelo panorama das lutas e debates travados ao longo dos anos. Assim temos, neste momento, a ênfase na inclusão da extensão como componente curricular dos cursos de graduação, marcada por metas do Plano Nacional de Educação 2001/2010¹². A meta do PNE 2001/2010 indica a obrigatoriedade de reserva de 10% da carga horária de todos os cursos de graduação para realização de ações de extensão, tendo sido atualizada no PNE 2011/2020 e mantida no atual PNE 2014/2024, porém sugerindo que as ações sejam orientadas “prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”¹³.

Na atualidade, a extensão parte do princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, sendo uma das estruturas que conferem base à Universidade, se fazendo valer de diretrizes específicas, sendo elas: interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, a formação cidadã de estudantes, a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade e a articulação entre o tripé da universidade pública. Estas diretrizes e os princípios correspondentes, foram reafirmados e instituídos em dezembro de 2018, pela Resolução da Câmara Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº 7

12 Lei nº 10.172/2001.

13 Lei nº 13.005/2014.

de dezembro de 2018, mas fazem parte de uma ampla construção e debate realizados ao longo de décadas.

Ao longo do tempo a extensão carrega em si marcas que precisam ser superadas e o caminho percorrido busca dar conta desta dimensão, apesar dos desafios. Se historicamente ela contribuiu para manter um status e hegemonia de determinados grupos sociais, ela carrega também um potencial emancipatório.

A Universidade tem desempenhado uma função transformadora, de produção de conhecimento, de formação de recursos humanos e de crítica social, embora com limitações. (...)

Participar desse resgate da cidadania é obrigação da academia. E a Extensão pode ser o instrumento viabilizador dessa participação. A posição assumida pela universidade, através de sua postura crítica e de sua qualidade, pode estar contribuindo, via Extensão, para este resgate não só entre indivíduos, mas também em si própria. (SOUSA, 2000, p.209)

Entendemos que os processos formativos se inserem na realidade social e portanto precisam ser pautados no diálogo, na construção humana e na relação das pessoas com seu entorno físico e social. Esse potencial emancipatório, posto na formação profissional e na relação com a sociedade, deve cumprir o papel de dinamizar a interação entre pessoas e contribuir para um tipo de conhecimento em construção. E ele se faz presente também no Museu Nacional, enquanto uma instituição de excelência nas áreas das ciências naturais e antropológicas. Além disso, sua contribuição se manifesta também na experiência de buscar estabelecer uma relação de troca com diferentes setores da sociedade e a difusão do conhecimento a partir das ações de extensão universitária que desenvolve. E é disso que vamos tratar adiante.

4 MUSEU NACIONAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O Museu Nacional, enquanto parte da estrutura universitária da UFRJ, tem um perfil acadêmico e científico que se insere no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, é necessário ressaltar que sua dinâmica institucional segue normas de gestão e funcionamento que se situam também nesta estrutura da universidade, estando sujeito aos benefícios e impedimentos dela decorrentes. Por isso, ao falarmos sobre a relação do Museu Nacional com a extensão universitária, é necessário considerar as dinâmicas institucionais a ela inerentes.

A extensão universitária passa a figurar na UFRJ apenas em 1985, com a criação da Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão (SR-5), que em 2003 ganha status de Pró-Reitoria

de Extensão, com o objetivo de articular e apoiar a execução desta política na universidade. Os anos que se seguem são acompanhados por um processo de integração e institucionalização que se relaciona com os debates e regulamentações em nível nacional. Mas isso não significa dizer que apenas neste momento começam a ser desenvolvidas ações de extensão. A instituição acompanha os debates e desenvolvimento de ações que ocorrem também em nível nacional em outras universidades, e contribui fortemente para a construção do papel que a extensão universitária alcançou na atualidade no país.

No que se refere ao Museu Nacional, a primeira menção oficial à extensão aparece em seu Regimento Interno de 1941, quando é criada a Seção de Extensão Cultural (SEC) que, englobando serviços de publicações, exposições e as atividades de assistência ao ensino, tinha como objetivos “a vulgarização dos conhecimentos científicos e a difusão das estratégias de um ensino dinâmico e prático dos saberes científicos” (OLIVEIRA, 2013, p.5). A SEC tinha como uma de suas competências “fornecer material e outros elementos necessários aos *cursos e conferências* que se realizarem no MN ou de iniciativa da instituição”¹⁴ com forte ênfase na relação com escolas e nas publicações científicas. Além da influência do ideal da escola nova sobre a educação em geral e sobre a extensão como antes mencionamos, exerce também efeitos sobre o próprio papel dos museus naquele contexto, de onde se confere maior visibilidade e importância aos debates e ações sobre educação, em especial apresentando os museus como recursos para as escolas. No caso da SEC, ela durante um período foi chefiada por Paschoal Lemme, que apesar de uma inicial aproximação com o movimento escola nova, ao mesmo tempo possuía também uma visão crítica ao escolanovismo por sua perspectiva liberal. A concepção de universidade e extensão universitária que carregava, guardava proximidade daquela que foi se estabelecendo nas décadas posteriores, como pode ser percebido em um texto sobre a universidade, que publicou em suas memórias em 1985, onde afirma que

Ela tem uma função social a cumprir e deveres para com as comunidades nacional, regional e mesmo local, que a mantém e às quais deve servir, através de atividades de natureza variada, de acordo com suas possibilidades e as especialidades a que se dedique. Entre as mais importantes dessas atividades está a chamada extensão universitária, que deve ser rica em iniciativas de todos os gêneros, de acordo com as necessidades e as características da sociedade em que a Universidade estiver inserida. (LEMME, 1985, p.189)

No entanto, não nos propomos a apresentar neste momento, nem caberia no escopo deste trabalho, uma leitura pormenorizada dos processos que envolveram a criação desta Seção, seu desenvolvimento e encerramento, que se relacionam com os debates educacionais, políticos,

14 Decreto nº 6.746, de 23 de janeiro de 1941, art. 5º.

sociais e econômicos da época. Mas sendo nosso objetivo tratar da extensão universitária, é necessário ressaltar que essa caracterização nos remete diretamente àquela dimensão da extensão posta no Estatuto da Universidade Brasileira, em 1931. Demonstra também que as atividades e os debates sobre extensão alcançavam o Museu Nacional antes mesmo de sua integração definitiva à Universidade e à obrigatoriedade posta com a Reforma Universitária de 1968. E, especialmente, sob uma perspectiva crítica que compreende a análise da relação entre política, educação e sociedade com base em perspectivas democráticas.

Ao mesmo tempo, guardadas as devidas particularidades relacionadas ao período que se segue à criação e extinção da SEC (apesar dos debates e esforços empreendidos), a concepção de extensão que prevalece é aquela voltada para atividades pontuais, assim como aconteceu em nível nacional no período. O que pode ser constatado no Regimento Interno do Museu Nacional de 1971, em consonância com a obrigatoriedade da extensão posta pela Reforma Universitária de 1968, é que a extensão aparece apenas vinculada ao ensino e na qualidade de cursos. Considerando que no país os processos relacionados à educação se inter-relacionam, as dinâmicas deste período acompanham também um movimento de mudanças nas relações entre museus e públicos, expressos na concepção de uma nova museologia. Essa perspectiva apontava para a importância de se considerar os museus inseridos em seus contextos sociais e a serviço da sociedade. Como afirma JULIÃO, é um momento em que

Os museus iniciam um processo de reformulação de suas estruturas, procurando compatibilizar suas atividades com novas demandas da sociedade. Deixam de ser espaços consagrados exclusivamente à cultura das elites, aos fatos e personagens excepcionais da história e passam a incorporar questões da vida cotidiana das comunidades, a exemplo das lutas pela preservação do meio ambiente e da memória de grupos sociais específicos. Atuando como instrumentos de extensão cultural, desenvolvem atividades para atender a um público diversificado (...) e, ao mesmo tempo, estendem sua atuação para além de suas sedes, chegando às escolas, fábricas, sindicatos e periferias das cidades. (JULIÃO, 2006, p.27)

O atual regimento ainda é aquele de 1971¹⁵, mas o desenvolvimento da extensão universitária no Museu Nacional ao longo dos anos esteve bastante relacionado aos debates que se realizam no interior da UFRJ e nacionalmente. Na universidade como um todo são realizadas diferentes atividades, porém ainda em um contexto de construção de sua institucionalização e regulamentação, quando as ações de extensão em grande medida são associadas às atividades extraclasse (RODRIGUES, 2018, p.26).

15 Desde 2019 foi iniciado um processo de revisão do regimento interno do Museu Nacional, cujos trabalhos ainda estão em andamento.

Os anos que se seguem à reforma universitária de 1968 são acompanhados por aquela efervescência do processo de redemocratização no país e, na UFRJ, a extensão vinha sendo pautada na construção de propostas de ação e de seu fortalecimento, contribuindo com os debates nacionais no âmbito do FORPROEX. Fruto dos debates então realizados, a regulamentação e curricularização da extensão são também impulsionadas pelo PNE 2001-2010 e posteriores. Por exemplo, a criação da Coordenação de Extensão do Museu Nacional ocorre em 2002, período em que vinha sendo gestada a pró-reitoria de extensão da UFRJ.

Os anos 2010 são marcados por uma revisão na forma da universidade se relacionar com diferentes setores da sociedade a partir da extensão, e na formulação de ações com a proximidade a movimentos sociais e que refletem demandas sociais. As instâncias consultivas e deliberativas são fortalecidas, e das discussões é construído todo um aparato de regulamentações da extensão, que culminam com a criação do Conselho de Extensão Universitária (CEU), em 2019. O Museu Nacional, através da sua Coordenação de Extensão, participou ativamente desse processo de regulamentação e, nas discussões sobre a criação do CEU, conquista um espaço singular com representação direta neste Conselho.

Dentre os resultados desse processo de regulamentação, temos que atualmente as ações de extensão da UFRJ só podem ser assim consideradas se regularmente registradas e aprovadas nas respectivas instâncias deliberativas. Estas ações, de caráter gratuito, podem ser coordenadas por servidores docentes ou técnico-administrativos com formação de nível superior e sua materialização ocorre através de programas, projetos, cursos e eventos de extensão, oferecidos majoritariamente para o público externo à universidade, sendo obrigatoriamente integrada aos currículos de graduação¹⁶. Vale ressaltar que este não é um processo acabado, e especialmente ainda se encontra em disputa em relação ao modelo de Universidade que queremos, haja vista os debates em torno da possibilidade de aprovação da prestação de serviços como uma modalidade da extensão na UFRJ¹⁷.

5 PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO MUSEU NACIONAL A PARTIR DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

16 Processo que se encontra parcialmente concluído e que acompanha os prazos estabelecidos no PNE 2014/2024

17 No ano de 2021 intensos debates foram travados em torno da possibilidade de aprovação da prestação de serviços como uma modalidade da extensão na UFRJ, cujos debates podem ser acompanhados em diferentes reuniões do CEU gravadas e em documentos divulgados publicamente por aqueles que, na ocasião, defenderam a não aprovação desta modalidade.

Para a construção deste artigo nos valemos da pesquisa bibliográfica com o intuito de fazer uma aproximação e contextualização sobre a história da Extensão Universitária no Brasil, na UFRJ e mais particularmente no Museu Nacional. Sem o objetivo de esgotar este debate, compreendemos que se fez necessário apresentar este breve panorama por acreditarmos na importância de compreender os processos históricos para uma melhor leitura da realidade atual. Além disso, a partir da atuação na Coordenação de Extensão do Museu Nacional, nos valemos ainda da observação participante em relação às ações desenvolvidas na instituição, bem como realizamos o levantamento de dados a partir de relatórios institucionais e registros da extensão no Sistema de Informação e Gestão de Projetos do MEC (SIGProj¹⁸) e no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da UFRJ (SIGA). Os dados das ações obtidos dizem respeito ao período de 2012 a 2021, em razão da disponibilidade de informações nos documentos e sistemas consultados.

Entendemos a extensão como um campo de atuação do museu que não deve ficar restrito a determinados atores institucionais ou setores. No escopo da universidade pública, e mesmo diante da regulamentação vigente na UFRJ, ela deve ser vista como possibilidade de realização por sujeitos de todo o corpo social e acadêmico e como ação educativa nas diferentes áreas de atuação a que se relacionam.

Isso porque, como vimos, a extensão, assim como os próprios debates em torno da educação e das universidades é marcado por rupturas e continuidades e pela ênfase no compromisso social e participação. Com os museus não é diferente e, como afirma SCHEINER, para pensar o museu na atualidade é necessário

Admitir que Museu não é uma coisa única, mas o nome genérico dado a um conjunto de manifestações do indivíduo e das diferentes coletividades. Significa também perceber que Museu é processo, e não produto cultural: está em contínua mutação, dá-se no instante, define-se na relação – sendo capaz de representar, simultaneamente, os planos de realidade do Mesmo e do Outro, em todas as suas manifestações. (SCHEINER, 2005, p.95)

Assim, buscamos apresentar brevemente as atividades de extensão desenvolvidas pelo Museu Nacional nos últimos anos, com destaque para o trabalho de gestão na Coordenação de Extensão a partir de 2017. Além disso, nosso foco é também apresentar como vêm sendo ofertadas as diferentes ações, em especial após setembro de 2018. Disso decorre a importância de enfatizar o necessário processo de (re)construção pelo qual vem passando o museu e que, na perspectiva da extensão, pressupõe uma relação de troca com outros setores da sociedade.

18 O Sigproj foi um sistema criado em 2012, com o objetivo de registrar as ações de extensão em nível nacional.

Apresentar o registro do interesse do público, assim como o interesse da própria comunidade acadêmica em manter esta proximidade, pode indicar elementos importantes para pensar essa reconstrução, uma vez que

Conhecer o Museu nas suas diversas manifestações nos ajudaria a perceber como certas sociedades constroem a sua auto-narrativa, como elas se colocam no mundo, como vêem o mundo, e como é esse mundo que elas vêem. (SCHEINER, 2005, p. 99)

Neste sentido, é importante dizer que, apesar da criação da Coordenação de Extensão - Coext ter como marco o ano de 2002, a aproximação da atual equipe ocorre apenas em agosto de 2017, quando passa a ser responsável por suas atividades. Na ocasião, havia discreto material para consulta em relação às atividades desenvolvidas anteriormente, mas basicamente a Coext era responsável pela representação nas reuniões quinzenais de Plenária de Coordenadores de Extensão da UFRJ, coordenadas pela PR5 e pelas orientações a servidores interessados em desenvolver atividades. Neste sentido, foram realizadas reuniões programadas com diferentes setores e departamentos da instituição a fim de identificar as possibilidades de atuação na extensão, estimulando a proposição de ações. Ao mesmo tempo, vinha sendo pensada a institucionalização formal do setor, com objetivos e metas específicas para seu funcionamento, orientações para a comunidade acadêmica e a participação em diferentes iniciativas como o grupo de trabalho sobre pesquisa de público e o grupo de trabalho sobre acessibilidade, além do desenvolvimento de algumas atividades extensionistas mais pontuais. Antes mesmo de completar um ano de atuação na Coordenação de Extensão, veio o trágico incêndio em setembro de 2018, que também afetou a sala onde trabalhávamos, e de onde era possível acompanhar pela vista da escadaria interna do prédio as visitas de grupos escolares.

Enfrentar o luto das perdas geradas pelo incêndio implicou também em ressignificar a dor em luta. Juntamente ao longo processo de absorção da tragédia e suas consequências, crescia também a necessidade de reconstruir o Museu Nacional em suas diferentes dimensões, tanto quanto mostrar, a quem quer que fosse, aquilo que efetivamente continuávamos desenvolvendo em termos de atividades acadêmicas, técnico-administrativas e de afeto. Na semana anterior ao incêndio havíamos reunido servidores para pensar a construção de um projeto sobre os trabalhos desenvolvidos na instituição e que não eram vistos pelo público em geral. Esta é uma informação que se faz importante neste momento porque, na perspectiva da extensão, retomar o diálogo para esta construção poucos dias após o incêndio, reunindo pessoas de diferentes setores e departamentos na criação do projeto de extensão Renascer das Cinzas: memórias, histórias e trajetórias – do qual fazemos parte da coordenação - foi muito significativo do caminho que nos propomos a tomar. Desde então, assumimos o compromisso

de contribuir com a promoção do fortalecimento do papel social do Museu Nacional, através do incentivo, orientação, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento de ações de extensão universitária, em articulação com o ensino e a pesquisa, em consonância com a política de extensão da UFRJ e mantendo o diálogo com diferentes setores da sociedade, no sentido da difusão e democratização dos saberes socialmente produzidos.

Sob a perspectiva da gestão da Coordenação de Extensão, a partir daquele momento nos inserimos em diversas frentes, desde contribuições às ações do Resgate de Acervos dentro das possibilidades do momento, até a reconfiguração da extensão a partir das atividades desenvolvidas. Com isso, além da orientação a docentes e técnicos sobre as diretrizes e registro da extensão, e de atividades de acompanhamento, elaboração de pareceres, estímulo à participação de estudantes, elaboração de relatórios e participação em diferentes instâncias da extensão, assumimos também outras responsabilidades¹⁹. Dentre elas, destacamos a coordenação do Projeto de Extensão Museu Nacional Vive, que em 2019 foi contemplado com o 1º Prêmio Paulo Freire da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, assim como a colaboração com a coordenação e execução das quatro edições do Festival Museu Nacional Vive, sendo a primeira realizada apenas 20 dias após o incêndio. Desde então assumimos a representação em diferentes espaços, acompanhando a elaboração do Programa de Extensão Universitária no âmbito do Plano Museológico da Instituição, a partir dele construindo espaços internos de troca entre as ações de extensão da instituição e contribuindo com a revisão do Regimento Interno do Museu Nacional. Além disso, buscamos contribuir com a retomada dos grupos de trabalhos sobre pesquisa de público e acessibilidade, no Comitê do Museu Nacional de ações frente a pandemia da Covid-19 em 2020, atuando vice-coordenação de extensão do Fórum de Ciência e Cultura e nas reuniões do SIMAP e, mais recentemente, na criação da nova Diretoria Adjunta de Integração Museu e Sociedade²⁰.

Contudo, a perspectiva de reformulação e intensificação das atividades de gestão da Coext só fazem sentido se acompanhadas da proposição e execução de ações de extensão pelo corpo social do museu. Neste sentido, podemos dizer que em geral, as ações de extensão desenvolvidas pelo Museu Nacional no período de 2012 a 2021 tiveram como motivação a busca por manter a interação com o público, muitas vezes relacionadas às exposições (em

19 Atualmente a COEXT faz parte da coordenação de um programa, quatro projetos, dois cursos e três eventos de extensão, com orientação de um total de 45 estudantes de 2018 a 2021.

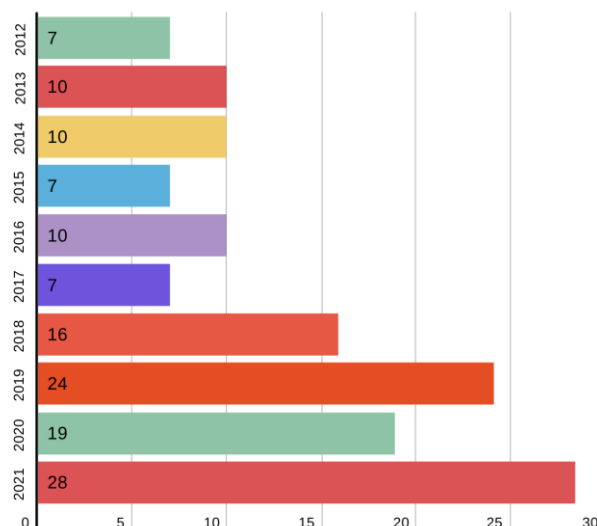
20 Criada em abril de 2021 com o objetivo de contribuir com a integração do Museu a diferentes setores da sociedade, reunindo em seu escopo a Coordenação de Extensão, a Seção de Museologia, o Núcleo de Atendimento ao Público, a Seção de Assistência ao Ensino e o Laboratório Central de Conservação e Restauração.

especial no período anterior à pandemia), mas também para além dos espaços da instituição. Ao longo dos anos manteve-se a predominância de projetos de extensão cadastrados e realizados, em comparação com cursos e eventos. E esse quadro não mudou mesmo com questões surgidas durante a pandemia e a necessidade de readequação das atividades para o alcance e interação com o público nas atividades remotas. Cursos e eventos costumam ter duração de dias ou alguns meses e, mesmo quando garantem a interação dialógica necessária, tendem a possibilitar um tipo de relação mais pontual com o público, ainda que realizados regularmente com uma ou mais edições por ano. Projetos, por definição, são considerados como ação processual e contínua, com objetivos específicos e duração de no mínimo doze meses. Em geral os projetos são realizados de forma mais regular ao longo do ano, com uma participação mais sistemática das equipes e maior proximidade com público. Ao desenvolver mais projetos que outras modalidades de ações de extensão, demonstra-se uma preocupação em pensar um planejamento prolongado das ações, mantendo um contato mais estreito e possibilitando uma participação com mais diálogo entre as equipes e o público.

A partir do levantamento que realizamos nos registros da extensão, foi evidenciado que a educação, a popularização da ciência e a divulgação científica são temas predominantes dentre as ações desenvolvidas. E isso vem acompanhando de uma relativa diversidade de áreas de atuação, como arqueologia, astronomia, biologia, botânica, carnaval, conservação e restauração, cultura, educação museal, etnologia, evolução humana, favelas, geociências, história, história natural, línguas indígenas, linguística, meio ambiente, memória, paleontologia, pré-história e políticas públicas.

Apresentamos no Gráfico 1 o quantitativo de programas, projetos, cursos e eventos no período que vai de 2012 a 2021, e nele percebemos que até 2017 há uma regularidade relativamente baixa no total de ações realizadas a cada ano, enquanto a partir de 2018 até 2021 temos um considerável aumento do número de ações de extensão em diferentes modalidades, que se mantém crescente mesmo com a pandemia.

Gráfico 1. Total de Ações de Extensão realizadas por ano no Museu Nacional, de 2012 a 2021

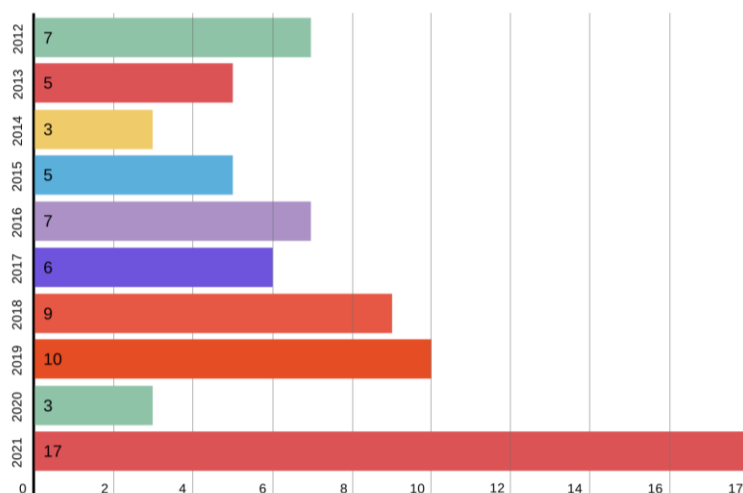


Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do Sistema de Informação e Gestão de Projetos – Sigproj, em <http://sigproj.ufrj.br> e Sistema Integrado Acadêmico de Gestão (SIGA), em <https://intranet.ufrj.br> (2021)

Entendemos que este crescimento se relaciona diretamente com o incêndio ocorrido em setembro de 2018. Com a mobilização e a comoção nacional decorrentes dele, muitas pessoas e instituições buscavam informações e proximidade com o Museu Nacional, seja prestando solidariedade, se oferecendo para contribuir de alguma maneira, seja porque estavam desejosas de maiores informações sobre os acervos e os trabalhos desenvolvidos. Ao mesmo tempo, apesar das dores de ver incendiadas seus locais de trabalho, pesquisa, aulas, acervos e mesmo espaços que guardavam suas memórias, várias iniciativas foram encampadas por diferentes sujeitos que compunham o corpo social do Museu Nacional. Estas iniciativas tinham como objetivo comum a reconstrução do museu em sentido amplo, somando-se à busca por publicizar o quanto a instituição se mantinha viva nas pessoas que a construíram ao longo do tempo, através das suas atividades cotidianas de pesquisa, ensino, extensão, etc. Dentre diferentes ações, não por acaso, destacamos a extensão universitária, pelas características que lhe são próprias em razão da sua construção historicamente estabelecida, e com o potencial de buscar aproximar a universidade, no nosso caso o museu, de diferentes setores da sociedade. Neste sentido, a extensão ganhou ainda mais relevância naquele contexto, como forma de alcançar o público que demandava da instituição o cumprimento da sua própria função social. E numa relação recíproca, a comunidade do Museu Nacional buscou a extensão como uma forma de

atuar para além daquele espaço físico do Palácio de São Cristóvão que já não podia ser mais ocupado. Como é possível verificar no Gráfico 2, em 2018 e 2019 houve um aumento no registro de novas ações em relação aos anos anteriores.

Gráfico 2. Novas Ações de Extensão registradas por ano no Museu Nacional, de 2012 a 2021



Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do Sistema de Informação e Gestão de Projetos – Sigproj, em <http://sigproj.ufrj.br> e Sistema Integrado Acadêmico de Gestão (SIGA), em <https://intranet.ufrj.br> (2021)

Ainda entre setembro e novembro de 2018 foram propostas oito novas ações de extensão, com início no final de 2018 ou em 2019, que em grande parte tinham como foco essa aproximação. Foram quatro projetos, dois cursos e dois eventos, cujas propostas buscavam alcançar o objetivo de estabelecer uma relação de proximidade com o público naquele contexto, especialmente aquele frequentador da Quinta da Boa Vista, também como uma tentativa de resgate de memórias, histórias e trajetórias do Museu Nacional.

Além disso, foram criadas estratégias de articulação e execução das atividades para além dos espaços físicos do Museu Nacional, então restritos ao Horto Botânico, sem acesso ao Palácio de São Cristóvão. Atividades ao ar livre, parcerias com outras instituições, realização de atividades em escolas da educação básica e mesmo a ampliação de atividades no espaço da Quinta da Boa Vista, estão dentre as estratégias utilizadas. Todas estas ações foram desenvolvidas por servidores docentes e técnicos, com participação de estudantes de graduação e pós-graduação da UFRJ. Inclusive a participação de servidores técnico-administrativos do Museu Nacional é bastante significativa ao longo dos anos, por exemplo correspondendo a 57% das coordenações de ações de extensão em 2021. E vale destacar que nenhuma ação foi interrompida especificamente em razão do incêndio, mesmo diante de todas as dificuldades para sua execução. Ocorreram adaptações, suspensão de algumas atividades específicas no escopo dos projetos, mas de um modo geral apenas foram suspensos aqueles projetos ou cursos

que já tinham essa previsão mesmo antes do incêndio. Também as equipes de dois cursos de extensão que já estavam cadastrados e previstos para iniciar entre setembro e outubro daquele ano decidiram ampliar o número de vagas em razão da demanda crescente na ocasião.

Um dado importante a considerar se refere à oferta de novas ações no ano de 2020 e 2021, quando as atividades de extensão foram adaptadas para o modo remoto em razão da pandemia da Covid-19. Tivemos tanto a diminuição do cadastro de novas ações, quanto ações em andamento. Contudo, houve também um maior alcance de público, desenvolvendo atividades com participação de mais de 200.000 pessoas, residentes em todas as Regiões, com faixa etária entre 10 e 70 anos, e considerando diversidade de gênero e étnico-racial²¹. Entendemos que as adaptações realizadas, pela característica própria do modo remoto, nos permitiu alcançar mais pessoas e de territórios mais distantes. Porém é necessário uma constante revisão de nossas práticas de modo que seja possível sempre manter a dialogicidade, considerando as realidades sociais vivenciadas e os níveis de interação coletivas. No decorrer do processo histórico vemos uma produção acelerada de novas tecnologias que precisam ser entendidas em grande medida como ferramentas e não como determinantes, no caso das atividades remotas, com temporalidades e espacialidades diferentes daquelas do modelo presencial. É fundamental conceber espaços de diálogo entre as equipes e o público envolvido para traçar estratégias e avaliar constantemente os recursos utilizados e as condições de acesso e acompanhamento das atividades. Significa, mesmo virtualmente, compreender a relação que se estabelece entre pessoas e entre estas e o meio em que vivem, traçando estratégias em favor de ações comprometidas com a construção coletiva do conhecimento e a formação crítica e transformadora da sociedade. Como afirmava FREIRE,

E preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (...) É preciso, portanto fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação. (FREIRE, 1979, p.21)

Importante ressaltar que no Museu Nacional não há oferta de cursos de graduação, logo, não há uma obrigatoriedade de oferecer ações de extensão com o objetivo de integralização curricular de seus estudantes como previsto na PNE 2014-2024. Apesar disso, seguimos aumentando o número de ações de extensão ofertadas, possibilitando uma contribuição direta

21 Neste período, algumas ações de extensão optaram por considerar critérios de seleção de público, especialmente da grande demanda no caso de cursos, que objetivavam garantir diversidade de gênero, étnico-racial, de escolaridade, faixa etária e região do país.

do corpo social do museu com a formação de graduandos em diferentes áreas, contribuindo com a criticidade necessária para a construção de processos de transformação social e auxiliando na integralização curricular, com créditos e carga horária nas ações de extensão. Através de ações devidamente registrado na UFRJ, contamos com a participação de estudantes de diferentes cursos de graduação, mesmo daqueles que a princípio poderíamos considerar como áreas não correlatadas àquelas presentes no museu, sendo elas: Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Conservação e Restauração, Desenho Industrial - Projeto de Produto, Educação Artística, Enfermagem e Obstetrícia, Filosofia, Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, História, História da Arte, Letras, Pedagogia, Relações Internacionais e Serviço Social. Assim participaram de nossas equipes mais de 200 estudantes de graduação e pós-graduação por ano, entre 2019 e 2021. Esta diversidade de estudantes e cursos potencializa a relação com diferentes setores da sociedade, garantindo a interdisciplinaridade e interprofissionalidade previstos como diretrizes da extensão universitária, trazendo novos olhares sobre uma mesma questão. Contribuir ainda com o processo de reconstrução do Museu Nacional, resgatando seu papel social enquanto lugar de produção de saber e troca de conhecimentos com a comunidade, levando em conta o respeito às diferenças de cada pessoa e pensando o processo formativo com um caminhar que é gradual.

Ao acompanhar de forma qualitativa o desenvolvimento das ações, a partir da inserção na Coordenação de Extensão, percebemos que elas tem contribuído para continuidade da aproximação do Museu Nacional com o público, envolvendo diferentes setores e departamentos da instituição. Contudo, apesar do contexto político, econômico e social desfavorável, percebemos esse aumento no total de ações propostas pelo Museu Nacional em razão de um esforço coletivo do seu corpo social. Por isso é importante destacar que a grande maioria de estudantes que participaram de nossas ações de extensão não contaram com possibilidade de fomento, considerando que tivemos apenas 13 bolsas disponíveis ao longo de cada ano, entre 2019 e 2021.

Desta maneira, a partir das informações levantadas pudemos identificar que a oferta e mesmo a manutenção de ações de extensão desenvolvidas ao longo dos anos, guarda também significativa relação com os contextos que afetam a política de educação no país. Para falar de um período relativamente recente da história, tivemos ainda em 2016 a aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos²², que implica no congelamento dos gastos públicos com

22 Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016.

educação por 20 anos, que acompanhada de outras medidas de ataque ao serviço público nos últimos anos, resultam em uma progressiva redução dos investimentos, como afirma Leher,

No Brasil, a referida mudança constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos, significará uma queda anual nos gastos sociais equivalente a 0,8% do PIB por ano. Em 6 anos, isso equivaleria a toda verba para a educação brasileira, atualmente em torno de 5% do PIB. (LEHER, 2017. p 21)

E tratar desse tema, ainda que muito brevemente, tem como objetivo apenas ilustrar umas das perspectivas crescentes de desmonte da educação pública que nos afeta cotidianamente. Para citar um exemplo, a redução de investimentos na educação impactou diretamente o desenvolvimento de ações de extensão em 2019 na UFRJ, quando a verba para recursos materiais do edital de fomento foi suspensa em razão do contingenciamento imposto pelo governo federal naquele ano²³. Particularmente no Museu Nacional haviam projetos selecionados para receber estes recursos, que seriam fundamentais para o desenvolvimento das atividades, especialmente diante das inúmeras dificuldades orçamentárias enfrentadas com as demandas decorrentes do incêndio. Medidas dessa ordem por parte dos governos, bem como o descaso com a educação ao longo do tempo, fazem parte de um tipo de projeto político responsável pelo sucateamento das universidades e precarização dos serviços públicos e a consequente dificuldade de manutenção das atividades desenvolvidas.

Apesar disso, e também porque acreditamos numa universidade pública, gratuita e de qualidade, seguimos desenvolvendo ações, em especial de extensão universitária, que possibilitem a participação de diferentes setores da sociedade na construção coletiva do conhecimento e contribuam com a popularização da ciência. Pois entendemos que museus universitários podem encontrar na extensão um espaço privilegiado para materializar o cumprimento de sua função social, enquanto museu e enquanto universidade pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão não poder ser entendida de forma isolada entre as funções das universidades, que apesar dos avanços, necessitam também superar uma visão academicista para extrapolar seus muros integrando diferentes saberes na produção do conhecimento. Como vimos anteriormente, conceitualmente ela sofre mudanças ao longo do tempo, passando desde uma concepção mais verticalizada, de transmissão de conhecimento, até uma proposta de relação de

23 Vale ressaltar que, desde então, nenhum outro edital de fomento da extensão voltou a prever verba de recursos materiais para apoio à execução das ações, ficando limitada a oferta de bolsas para estudantes.

troca entre a universidade e diferentes setores da sociedade. Na prática, no entanto, assim como a própria educação, é também um campo em disputa. A extensão neste sentido tem o desafio de trabalhar na construção coletiva do conhecimento como processo e não como um fim em si mesmo.

Isso porque a produção de conhecimento não pode estar desvinculada da realidade social, sob o risco de cairmos em um tipo de produção sobre o vazio ou projeções irreais. Porque o conhecimento se constrói nas relações humanas, e mesmo as pesquisas só fazem sentido quando em relação com a realidade concreta, pensada com base na dinâmica da vida e com vistas a transformação social. O estímulo para que a extensão se faça a partir e sobre as realidades vivenciadas pelos sujeitos que dela fazem parte, caminha no sentido do incentivo a uma práxis social que considera a importância de se estabelecer uma relação permanente entre teoria e prática.

E com isso temos para os museus um duplo papel, enquanto universidade pública ou enquanto museu, é necessário que nossas ações tenham como norte uma função social a cumprir. Seja na formação de estudantes, de futuros profissionais comprometidos com uma visão crítica da sociedade, seja para garantir um lugar de participação social na sua própria construção. E essa participação pressupõe diálogo, pois para transformar a realidade, aqui pensando em diferentes formas para sua materialização, é necessário pensar criticamente. Tratamos neste caso de uma crítica no sentido de refletir sobre as condições objetivas as quais vivemos e trabalhamos, pra pensar alternativas. Vale lembrar que na extensão se trata de uma relação entre sujeitos e não entre pesquisador e objeto de pesquisa. Não se pode subestimar aqueles com quem dialogamos, nem culpá-los se não nos fazemos compreender, porque como dizia Paulo Freire, a comunicação é um processo de interação, como uma via de mão de dupla, e temos nossa responsabilidade neste processo. Afinal, cada pessoa interpreta a realidade e o conhecimento de uma maneira própria. Por isso devemos instigar, questionar e estimular os sujeitos envolvidos nas ações de extensão dentro de suas potencialidades. Isso porque, se estamos falando de relações entre sujeitos, devemos considerar suas singularidades na apreensão e na construção do conhecimento compartilhado, valorizando suas vivências.

É necessário fortalecer a extensão universitária no Museu Nacional especialmente pela contribuição social que lhe é possível alcançar, seja ao buscar a interação com um público diversificado para a promoção de ações, seja internamente, em relação a estudantes de graduação da UFRJ e servidores que certamente vêm suas práticas profissionais enriquecidas de saber por este processo.

O Museu Nacional tem resistido sob diferentes perspectivas, dentre elas a oferta de ações de extensão universitária que buscam uma aproximação cada vez maior de seus públicos, primando pela participação efetiva de diferentes atores sociais. Dentre eles estão estudantes e equipes de profissionais de escolas públicas, frequentadores da Quinta da Boa Vista, povos originários, pós-graduandos e pesquisadores de diferentes lugares do Brasil. O principal resultado destas ações consiste em um estreitamento de laços, que aproxima outros atores sociais da realidade acadêmica, ao passo que possibilita que os museus, e a universidade em geral, se permitam estar próximos de uma realidade social mais complexa. Sem a participação do público, trazendo suas experiências e aprendendo um pouco com o que temos a oferecer, não seria possível esta construção. Porque a extensão é feita por pessoas e para pessoas.

Nosso objetivo é continuar contribuindo com o aprofundamento da relação do Museu Nacional com diferentes sujeitos e grupos sociais, ampliando territórios e áreas de atuação, e buscando cumprir nossa função social, apesar dos desafios, que incluem também o fortalecimento dos trabalhos em andamento. E inclui também a construção de espaços coletivos com outros museus e processos museológicos no interior da universidade, como forma de potencializar que os museus ganhem espaço e reconhecimento na estrutura institucional. Não temos dúvidas que a extensão tem o potencial de ser também fio condutor para o estreitamento dessa relação com outros museus universitários.

O museu precisa ser também um lugar de efetiva participação social, tanto quanto precisamos construir possibilidades que garantam que um Museu que pegou fogo permaneça vivo na memória das pessoas. E não apenas na memória, mas que ele permaneça presente também no seu cotidiano. Vale dizer que este é agora um desafio que ganha ainda um outro patamar, nesse contexto de distanciamento social que nós vivemos em razão da pandemia da Covid-19. Nesta perspectiva, é fundamental a democratização do conhecimento e de sua construção coletiva, que ainda tem um longo caminho a percorrer socialmente, em especial se considerarmos que o acesso às novas tecnologias da informação não é democratizado no nosso país, ainda que tenha sido ampliado nas últimas décadas.

A conjuntura atual nos situa um aprofundamento ainda maior das fraturas sociais existentes em nosso país e isso nos impõe muitos desafios enquanto universidade pública. Desde sensibilizar o poder público para investimento na extensão, na universidade, nos museus, nas ciências em geral, até construir novas respostas que atendam a demandas sociais, num constante se reinventar. Devemos nos comunicar e interagir cada vez mais para pensar respostas coletivas para os desafios que estão postos, com base em uma educação libertadora como recurso democrático e com respeito às diversidades.

Apenas é possível fortalecer espaços efetivamente democráticos no interior da academia ao se buscar o cumprimento de sua função social, através de seu devido (re)conhecimento e valorização. Por isso, a extensão de um modo geral, mas em um museu universitário em especial, como é o caso do Museu Nacional, deve ser a materialização dessa relação entre teoria e prática. Justamente porque ela tem o potencial de trazer para a Universidade a realidade concreta, ao mesmo tempo em que integra e articula a própria vida universitária como um todo, porque a universidade por si só não deveria se bastar, pois como dizia Florestan Fernandes, “O que dá grandeza às universidades não é o que se faz dentro delas, é o que se faz com o que elas produzem”. Só assim caminha-se para que seja possível repensar ações que, através da extensão universitária, possam servir de suporte para a construção coletiva do conhecimento, significativo e adequado às particularidades individuais e sociais.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 19.831, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: julho de 2018.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68>. Acesso em: julho 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024[recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 010172 de 09 de Janeiro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso dia julho de 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: julho 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50.

FERNANDES, Florestan. O destino das universidade. Suplemento literário do Estado de São Paulo, junho de 1959.

FROPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Manaus: 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>. Acesso em julho de 2020.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.,

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 10. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. Revista Ensino Superior. Campinas-SP, Unicamp, S/d. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf>. Acessado em: julho de 2020.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: CADERNO de diretrizes museológicas. 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2º. Edição

LEHER, Roberto. A universidade reformada: atualidade para pensar tendências da educação superior 25 anos após sua publicação. Revista Contemporânea de Educação, v. 8, n. 16, ago./dez. 2013.

LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. Germinal. Marxismo e educação em debate, v. 9, n. 1, p. 14-24, 2017

LEMME, Paschoal. Memórias. Estudos e reflexões sobre problemas da educação e ensino. Participação em conferências e congressos nacionais e internacionais. Documentos. Brasília: Inep, 1991, v. 4.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In. FARIA, Doris Santos de (org). Construção Conceitual da Extensão na América Latina. Brasília. Editora UNB. 2001.

OLIVEIRA, Sabrina Soares de. A função educativa da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional na gestão do Educador Paschoal Lemme (1943-1946). 2013. 30 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, RJ, 2013. Orientadora: Sonia de Oliveira Camara Rangel Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Teses_dissertacoes_tcc/Dissertacao_OLIVEIRA_SABRINA.pdf> Acesso em julho de 2020.

RODRIGUES, Solange Alves de Souza. Raça e Extensão Universitária: O Programa Integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos. Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de mestre, ao programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Movimentos Sociais e Diferenças. Duque de Caxias, 2018.

SCHEINER, Tereza. A Vida só é Possível Reinventada. In: Museu: Instituição de Pesquisa. MAST Colloquia – Vol. 7. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MCT, Rio de Janeiro, 2005.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. 1. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2000.